



Material elaborado por @oduconcurseiro

**GABARITO**

**SIMULADO**

**ZERO**

**TJSC 2026**

**Técnico Judiciário**

## 💡 Quem é o @oduconcurseiro



Olá, concurseiro(a)! É um prazer ter você aqui.

Se você está com este material em mãos, provavelmente compartilha do mesmo objetivo que me moveu nos últimos anos: a busca pela estabilidade e pela realização profissional por meio do serviço público. Mas, antes de mergulharmos no conteúdo, quero que você saiba quem preparou este guia para você.

Sou formado em **Tecnologia de Sistemas de Informação pela UDESC**, **Bacharel em Direito pela Univille** e **Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Damásio de Jesus**.

Atualmente, exerço o cargo de **Assistente de Promotoria de Justiça no Ministério Público de Santa Catarina**, onde vivencio diariamente a prática processual e a rotina do sistema de justiça.

### Resultados de um Estudo Estratégico

Acredito que a melhor forma de validar um material de estudo é por meio de resultados concretos. Continuo ativo na jornada de provas e, em 2025, comecei a colher os frutos de uma preparação baseada em constância e revisão ativa:

- **TRF-4 / 2025:** 7ª posição (Técnico Judiciário) e 14ª posição (Analista Judiciário) – Região Leste de SC.
- **TJ-PR / 2025:** 25º posição (Técnico Judiciário) – Região Metropolitana de Curitiba.
- **MP-RS / 2025:** 202ª posição (Analista de Direito).
- **Outras Aprovações:** Oficial de Justiça no **TRT-12 / 2023** (66º) e Técnico Judiciário no **TJ-SC / 2024** (202º).
- **Histórico de Reprovações:** Ibama, ICMBio, MPU, Prefeituras e Câmaras Municipais, entre outros.



📁 O que você vai encontrar (Conteúdo Completo)

O material está organizado em 5 PDFs estratégicos, cobrindo 100% do conteúdo programático do último edital (25-2024).

### 💡 Diferenciais do Material

⚡ Legislação Inteligente: Texto 100% atualizado e organizado, com todas as alterações de 2025 destacadas. Você estuda pela lei que será cobrada, sem risco de desatualização.

🔍 Mapeamento FGV: Destacamos diretamente no texto os artigos que a FGV mais gosta de cobrar, para que você saiba exatamente onde colocar sua energia.

👉 Questões Comentadas: Banco de questões de concursos anteriores da FGV com explicações detalhadas, para você entender a lógica da banca.

🔥 Treinamento Inédito: Questões exclusivas criadas no "estilo FGV" (casos práticos e pegadinhas clássicas) para testar seu nível.

📄 Esquema Visual: Esquemas visuais que transformam prazos e competências complexas em algo fácil de revisar.

🧠 Flashcards (Anki): 100 questões de "Certo ou Errado" integradas para revisões rápidas por repetição espaçada. A ferramenta ideal para não esquecer o conteúdo até o dia da prova.

🚀 Por que este material é para você?

Muitos candidatos falham na Legislação Interna porque tentam decorar leis extensas sem método.

Nosso material resolve isso ao unir Legislação atualizada e organizada, Visão da Banca e Revisão Ativa em um só lugar.

### **Bônus Exclusivos**

Ao garantir o seu **Combo Legislação Interna TJSC**, você não leva apenas o conteúdo base. Preparamos um pacote de bônus focado em acelerar a sua memorização e testar seus conhecimentos na prática para garantir a sua aprovação.

Confira o arsenal de bônus que você ganha ao adquirir o combo:

### **Estudo Gamificado**

Transformamos a revisão da legislação em uma experiência interativa. Com o nosso **estudo gamificado**, você aprende, memoriza e revisa tópicos específicos da legislação de forma dinâmica.

### **Materiais extras**


Além da legislação interna básica, você receberá materiais destrinchados sobre temas de altíssima relevância e cobrança garantida como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Resolução TJ n. 3/2021 e outros materiais que estão em constantes elaboração.

### **Simulados Inéditos no perfil de cobrança da FGV \*em breve\***

A melhor forma de prever o seu resultado é treinando o cenário real da prova. Nossos simulados foram desenhados para avaliar o seu nível de retenção do conteúdo, ajudando a mapear seus pontos fortes e ajustar os pontos fracos antes do grande dia.

O seu preparo não fica estagnado, e o nosso material também não. **Novos conteúdos e ferramentas de estudo já estão em fase de desenvolvimento** e serão adicionados ao seu combo!

**Não perca nenhuma atualização!** > Todas as novidades, lançamento de novos materiais em desenvolvimento e dicas estratégicas são anunciadas em primeira mão no nosso Instagram

 **O link para adquirir o material está na BIO do Instagram [@oduconcurseiro](https://www.instagram.com/oduconcurseiro)**

**GABARITO**

Fala, pessoal! Tudo beleza?

Quem vive o mundo dos concursos sabe bem de uma verdade universal: se até as bancas gigantes (alô, FGV!) escorregam de vez em quando e soltam questões com gabaritos, digamos, criativos, a gente aqui também não está imune, né?

Todo o nosso material — dos mapeamentos aos simulados — é montado com o maior cuidado e revisado nos mínimos detalhes para entregar a melhor preparação para vocês. Mas, como todo trabalho feito por seres humanos, pode ser que passe algum errinho de digitação ou um deslize no gabarito em meio a tantas questões e páginas de lei seca.

Por isso, se durante os estudos você esbarrar em alguma alternativa suspeita ou encontrar algum erro no nosso material, dá um toque pra gente! É só mandar uma mensagem lá no direct do Instagram **@oduconcurseiro**.

A sua ajuda é super bem-vinda e fundamental para deixarmos o conteúdo cada vez mais afiado. Bons estudos, força na reta final e vamos juntos até a posse!

1: <b>A</b>	2: <b>D</b>	3: <b>D</b>	4: <b>B</b>	5: <b>A</b>	6: <b>C</b>	7: <b>D</b>	8: <b>A</b>	9: <b>C</b>	10: <b>D</b>
11: <b>B</b>	12: <b>A</b>	13: <b>A</b>	14: <b>B</b>	15: <b>C</b>	16: <b>B</b>	17: <b>C</b>	18: <b>B</b>	19: <b>B</b>	20: <b>A</b>
21: <b>B</b>	22: <b>C</b>	23: <b>B</b>	24: <b>B</b>	25: <b>B</b>	26: <b>B</b>	27: <b>C</b>	28: <b>B</b>	29: <b>B</b>	30: <b>B</b>
31: <b>B</b>	32: <b>C</b>	33: <b>A</b>	34: <b>A</b>	35: <b>D</b>	36: <b>B</b>	37: <b>A</b>	38: <b>B</b>	39: <b>B</b>	40: <b>B</b>
41: <b>A</b>	42: <b>B</b>	43: <b>B</b>	44: <b>B</b>	45: <b>C</b>	46: <b>B</b>	47: <b>B</b>	48: <b>B</b>	49: <b>C</b>	50: <b>B</b>
51: <b>C</b>	52: <b>B</b>	53: <b>B</b>	54: <b>B</b>	55: <b>B</b>	56: <b>B</b>	57: <b>C</b>	58: <b>B</b>	59: <b>D</b>	60: <b>B</b>
61: <b>B</b>	62: <b>B</b>	63: <b>B</b>	64: <b>B</b>	65: <b>B</b>	66: <b>B</b>	67: <b>B</b>	68: <b>B</b>	69: <b>B</b>	70: <b>B</b>
71: <b>C</b>	72: <b>B</b>	73: <b>B</b>	74: <b>B</b>	75: <b>B</b>	76: <b>C</b>	77: <b>B</b>	78: <b>B</b>	79: <b>B</b>	80: <b>B</b>

**MÓDULO I — CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa (Questões 1 a 10)****QUESTÃO 01 ► Gabarito: A**

- A) [✓ CORRETA]** A frase 'O Técnico Judiciário encaminhou o processo ao juiz e o informou da decisão' é ambígua porque o pronome oblíquo 'o' pode se referir tanto ao juiz (quem foi informado) quanto ao processo, criando dupla leitura sobre quem informou quem. Trata-se de ambiguidade sintática por pronominalização imprecisa.
- B) [X INCORRETA]** A frase é clara e unívoca: o servidor entregou o mandado ao oficial antes do prazo. Não há pronome anafórico ambíguo.
- C) [X INCORRETA]** Estrutura passiva com sentido inequívoco: a certidão foi expedida pelo cartório. Não há dupla leitura possível.
- D) [X INCORRETA]** A referência nominal 'ao magistrado responsável pelo processo' é precisa e não permite dupla interpretação.
- E) [X INCORRETA]** Frase com sentido unívoco: a diligência foi cumprida pelo oficial designado. Não há ambiguidade.

**QUESTÃO 02 ► Gabarito: D**

- A) [X INCORRETA]** 'Todavia' é conectivo adversativo/concessivo, estabelecendo oposição entre as orações. A alternativa exemplifica corretamente a relação pedida pela questão.
- B) [X INCORRETA]** 'Embora' é conjunção concessiva, expressando ideia contrária à esperada. Estabelece relação de concessão.
- C) [X INCORRETA]** 'Ainda que' é locução conjuntiva concessiva. Estabelece relação de concessão.
- D) [✓ CORRETA]** 'Razão pela qual' é locução de causa/consequência, não de oposição ou concessão. É a única alternativa que NÃO estabelece relação de oposição — resposta da questão.
- E) [X INCORRETA]** 'No entanto' é conectivo adversativo, estabelecendo oposição entre as orações.

**QUESTÃO 03 ► Gabarito: D**

- A) [X INCORRETA]** Mantém o sentido: afirmar que a juntada é condição para a conclusão equivale a dizer que sem ela não é possível concluir.
- B) [X INCORRETA]** Mantém o sentido: 'somente com a juntada' exprime a mesma necessidade da frase original.
- C) [X INCORRETA]** Mantém o sentido: 'após a juntada' é equivalente à condição necessária expressa no original.
- D) [✓ CORRETA]** 'A conclusão do processo independe da juntada dos documentos' é o oposto do enunciado original, que afirma ser impossível concluir sem a juntada. Esta reescrita ALTERA o sentido.
- E) [X INCORRETA]** Mantém o sentido: a juntada como necessidade para a conclusão está preservada.

**QUESTÃO 04 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** Contradiz Rui Barbosa. O jurista defende exatamente o oposto: que a igualdade real exige tratamento diferenciado conforme as desigualdades de cada um.
- B) [✓ CORRETA]** 'Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na proporção de suas diferenças' é a paráfrase fiel do pensamento de Rui Barbosa: igualdade material, não formal. Mantém o sentido e está adequada à norma-padrão.
- C) [X INCORRETA]** Contradiz o original: ignorar as desigualdades é exatamente o que Rui Barbosa critica.
- D) [X INCORRETA]** Inverte o raciocínio: 'desigualar os iguais' é o oposto do princípio enunciado.
- E) [X INCORRETA]** Tratamento uniforme independentemente das condições contraria a essência do texto, que preconiza diferenciação proporcional às desigualdades.

**QUESTÃO 05 ► Gabarito: A**

- A) [✓ CORRETA]** O trecho indica que a mãe 'abandonou a casa e foi embora', mas o garoto continua usando as meias para que, ao passar por ele em qualquer lugar, ela o reconheça e o leve. O garoto aguarda ser encontrado usando as meias como sinal de identificação.
- B) [X INCORRETA]** O garoto usa as meias não para protestar, mas por esperança de ser encontrado pela mãe — motivação emocional, não de protesto.
- C) [X INCORRETA]** No início havia vergonha, mas o motivo final para usar as meias é afetivo/esperançoso, não por obrigação ou vergonha atual.
- D) [X INCORRETA]** Embora a mãe tenha 'ido embora', o garoto não a considera desaparecida para sempre; ele espera ser encontrado por ela.
- E) [X INCORRETA]** A história do circo é o contexto que originou a tradição das meias, não o motivo atual para usá-las. O garoto não se perdeu; sua mãe foi embora de casa.

**QUESTÃO 06 ► Gabarito: C**

- A) [X INCORRETA]** A citação não critica a redação técnica das normas, mas a desigualdade no acesso à justiça.
- B) [X INCORRETA]** A morosidade judiciária não é o foco; o pensamento trata da desigualdade estrutural no acesso à lei.
- C) [✓ CORRETA]** A afirmação critica a desigualdade socioeconômica que impede o pleno exercício dos direitos pelos cidadãos: a lei existe para todos, mas nem todos conseguem acessá-la em condições de igualdade.
- D) [X INCORRETA]** Corrupção não é o tema central; a citação trata de acesso desigual, não de corrupção.
- E) [X INCORRETA]** O excesso de normas não é o problema apontado; o problema é a desigualdade no acesso, não a complexidade do sistema.

**QUESTÃO 07 ► Gabarito: D**

- A) [X INCORRETA]** O texto não lista a pauta de audiências; é apenas uma instrução de conduta.
- B) [X INCORRETA]** Não há agradecimento; o texto é diretivo/imperativo.
- C) [X INCORRETA]** O texto não proíbe a entrada no edifício, apenas solicita silêncio no corredor.
- D) [✓ CORRETA]** A finalidade predominante é apelativa/conativa: solicitar que as pessoas no corredor mantenham silêncio durante a audiência. O texto se dirige diretamente ao receptor para influenciar seu comportamento.
- E) [X INCORRETA]** O texto não informa horário de início/término; é uma instrução de comportamento.

**QUESTÃO 08 ► Gabarito: A**

- A) [✓ CORRETA]** Metáfora: a expressão 'montanha de processos' identifica diretamente uma quantidade enorme com 'montanha', sem o uso de 'como' ou 'tal qual'. A identidade entre os termos (quantidade = montanha) é a marca da metáfora.
- B) [X INCORRETA]** Hipérbole seria um exagero desproporcional ('mil processos', 'uma vida inteira de trabalho'). Na metáfora há substituição de conceito, não mero exagero.
- C) [X INCORRETA]** Metonímia substitui um elemento por outro a ele associado (parte pelo todo, autor pela obra etc.). Aqui há substituição de conceito por imagem, não relação de contiguidade.
- D) [X INCORRETA]** Eufemismo suaviza algo negativo ou desagradável. 'Montanha' não suaviza; intensifica.
- E) [X INCORRETA]** Antítese aproxima dois conceitos contrários (ex.: 'amor e ódio'). Não há oposição de ideias na frase analisada.

**QUESTÃO 09 ► Gabarito: C**

- A) [X INCORRETA]** É o contrário: o Parágrafo 1 é MENOS coeso por apresentar frases isoladas sem mecanismos de articulação.
- B) [X INCORRETA]** O Parágrafo 2 é coerente e bem construído. Não há mistura de níveis de linguagem.
- C) [✓ CORRETA]** O Parágrafo 1 apresenta quatro frases justapostas sem conectivos ou pronomes referenciais que as articulem, configurando ruptura da coesão textual por ausência de mecanismos de encadeamento (coesão sequencial e referencial).
- D) [X INCORRETA]** Ambos os parágrafos têm concordância verbal correta. O problema do Parágrafo 1 é de coesão, não de concordância.
- E) [X INCORRETA]** O conector 'de modo que' expressa consequência, não finalidade. O sentido do Parágrafo 2 é equivalente ao do Parágrafo 1.

**QUESTÃO 10 ► Gabarito: D**

- A) [X INCORRETA]** Concessão é expressa por 'embora', 'ainda que', 'apesar de'. O texto não apresenta ressalva ou contraste.
- B) [X INCORRETA]** Oposição é expressa por 'mas', 'porém', 'todavia'. O conectivo 'consequentemente' não opõe ideias.
- C) [X INCORRETA]** Conclusão é expressa por 'portanto', 'logo', 'assim'. Embora semelhante, conclusão decorre de premissas; consequência decorre de causa.
- D) [✓ CORRETA]** O conectivo 'consequentemente' expressa a relação de causa e efeito: a publicação no Diário causou o início do prazo. Trata-se de relação de consequência/efeito.
- E) [X INCORRETA]** Condição é expressa por 'se', 'caso', 'desde que'. O conectivo não condiciona; estabelece efeito a partir de causa já ocorrida.

**Legislação Institucional do PJSC (Questões 11 a 16)****QUESTÃO 11 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** A vedação regimental de recondução no RITJ-SC aplica-se ao exercício do mesmo cargo de direção, não a quaisquer cargos de direção. O afastamento por um biênio refere-se ao mesmo cargo anteriormente exercido.
- B) [✓ CORRETA]** O RITJ-SC veda a recondução ao mesmo cargo de direção no biênio imediatamente subsequente, mas não impede a candidatura a cargo de direção diverso. Renata exerceu o cargo de 2ª Vice-Presidente e pretende candidatar-se a 1ª Vice-Presidente — cargos distintos, portanto a candidatura é possível.
- C) [X INCORRETA]** Não há regra de dois mandatos consecutivos acumulados para criar vedação ampliada. A vedação é restrita ao mesmo cargo.
- D) [X INCORRETA]** Não há previsão regimental de aprovação prévia pelo Tribunal Pleno para candidaturas a cargos de direção.
- E) [X INCORRETA]** O RITJ-SC não prevê afastamento mínimo de quatro anos entre mandatos; o biênio de impedimento restringe-se ao mesmo cargo.

**QUESTÃO 12 ► Gabarito: A**

- A) [✓ CORRETA]** A LC nº 639/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis de SC) prevê que o recurso contra penalidades disciplinares de servidor efetivo é dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça no prazo de 30 dias contados da ciência da decisão.
- B) [X INCORRETA]** O Órgão Especial não é a instância recursal para penalidades disciplinares de servidores administrativos; essa competência é do Presidente do Tribunal.
- C) [X INCORRETA]** O Conselho da Magistratura tem competência disciplinar sobre magistrados, não sobre servidores administrativos.
- D) [X INCORRETA]** Não há previsão de juízo de retratação pelo próprio Corregedor-Geral em matéria de penalidades disciplinares de servidores.
- E) [X INCORRETA]** O Tribunal Pleno não é a instância recursal ordinária para revisão de penalidades de suspensão; a competência é do Presidente do TJSC.

**QUESTÃO 13 ► Gabarito: A**

- A) [✓ CORRETA]** Conforme o RITJ-SC, durante o afastamento do membro titular eleito do Órgão Especial, a distribuição em seu nome fica suspensa e o suplente assume a titularidade da vaga eletiva, recebendo novos processos em seu nome pelo período do afastamento.
- B) [X INCORRETA]** O suplente não atua apenas como vogal; ele assume a vaga eletiva com distribuição de novos processos.
- C) [X INCORRETA]** A distribuição não se mantém para o membro afastado; ela é suspensa e transferida ao suplente.
- D) [X INCORRETA]** Não há distinção entre tutelas de urgência e demais feitos para fins de atuação do suplente; a substituição é plena.
- E) [X INCORRETA]** O acervo de processos já distribuídos a Luciano não é redistribuído aos demais; permanece sob sua responsabilidade para retomada após o afastamento.

**QUESTÃO 14 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** O ressarcimento espontâneo não extingue automaticamente a responsabilidade administrativa; as esferas são independentes.
- B) [✓ CORRETA]** A LC nº 639/2015 consagra o princípio da independência das instâncias: as responsabilidades civil, administrativa e penal são autônomas. O ressarcimento integral satisfaz a esfera civil, mas não afasta a possibilidade de processo disciplinar administrativo e, eventualmente, a responsabilidade penal.
- C) [X INCORRETA]** Incorreto: o ressarcimento não afasta a responsabilidade administrativa. A extinção das responsabilidades não segue essa lógica no estatuto de SC.
- D) [X INCORRETA]** A culpa também pode ensejar processo administrativo disciplinar; a limitação ao dolo vale para alguns atos de improbidade (art. 11 LIA após 2021), mas não para o PAD estatutário.
- E) [X INCORRETA]** Não há previsão legal de conversão automática de suspensão em advertência por ressarcimento antes do trânsito em julgado.

**QUESTÃO 15 ► Gabarito: C**

- A) [X INCORRETA]** Ambos não são julgados pelo Tribunal Pleno. O Código de Organização e Divisão Judiciárias de SC distingue a competência conforme a natureza do cargo.
- B) [X INCORRETA]** Ambos não são julgados pelo Órgão Especial. A competência é diferente para cada autoridade.
- C) [✓ CORRETA]** Pelo CODJ-SC: o Prefeito Municipal responde perante o Tribunal Pleno do TJSC por crimes comuns; o Presidente da Câmara de Vereadores responde perante o Órgão Especial do TJSC.
- D) [X INCORRETA]** Câmaras Criminais Reunidas não têm competência originária para julgamento de agentes com prerrogativa de foro estabelecida no CODJ-SC.
- E) [X INCORRETA]** O foro privilegiado é expressamente previsto no CODJ-SC para ambos os agentes; a competência não é da Vara Criminal comum.

**QUESTÃO 16 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** Magistrados de primeiro grau têm competência para editar portarias de gestão interna de suas unidades; tal prerrogativa não é exclusiva do Presidente do TJSC.
- B) [✓ CORRETA]** A portaria é válida desde sua publicação; porém, pelo CNCGJ, deve ser encaminhada à Corregedoria-Geral da Justiça para conhecimento e eventual averbação nos registros correicionais, sem que isso constitua condição de eficácia ou validade do ato.
- C) [X INCORRETA]** Não há exigência de autorização prévia do Diretor do Foro para portarias de gestão procedimental interna expedidas pelo titular da vara.
- D) [X INCORRETA]** A Corregedoria não 'valida' atos de magistrados; ela fiscaliza e pode, na hipótese de irregularidade, determinar a revisão ou revogação.
- E) [X INCORRETA]** A comunicação à Corregedoria é obrigatória pelo CNCGJ (controle correicional), embora não seja condição de eficácia do ato.

**Ética e Gestão no Serviço Público (Questões 17 a 20)**

**QUESTÃO 17 ► Gabarito: C**

- A) [X INCORRETA]** A deliberação por maioria dos presentes pode não alcançar a maioria absoluta dos membros totais; a validade depende desse requisito quantitativo específico.
- B) [X INCORRETA]** A Resolução TJ nº 22/2021 não exige unanimidade para arquivamento; exige maioria qualificada, não unanimidade.
- C) [✓ CORRETA]** A Resolução TJ nº 22/2021 exige, para as deliberações da Comissão de Ética, quórum mínimo de maioria absoluta dos membros. A validade da deliberação depende de confirmar que a maioria dos presentes equivale à maioria absoluta dos membros totais.
- D) [X INCORRETA]** O arquivamento exige votação formal; não é ato de gestão interna que prescindia de deliberação.
- E) [X INCORRETA]** A competência para arquivar representações por falta de provas é da própria Comissão, não exclusivamente do Corregedor-Geral.

**QUESTÃO 18 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** A publicidade não é requisito de validade dos atos administrativos, mas de eficácia. Atos podem ser válidos mas ineficazes antes da publicação.
- B) [✓ CORRETA]** O princípio constitucional da publicidade (art. 37 CF) determina que os atos administrativos produzam efeitos (eficácia) a partir da publicação oficial. A portaria é válida desde sua formação; apenas passa a produzir efeitos após a publicação. O sistema digital de gestão de prazos realiza a eficiência (resultado).
- C) [X INCORRETA]** O princípio da eficiência não impede investimentos tecnológicos; ao contrário, os estimula como meio de melhorar a prestação do serviço público.
- D) [X INCORRETA]** O art. 37, §1º da CF veda expressamente a promoção pessoal do agente público nos meios de comunicação oficial, o que inclui símbolos pessoais.
- E) [X INCORRETA]** A eficiência não se resume à redução de custos; abrange também qualidade, celeridade e satisfação do jurisdicionado — o tempo de tramitação é critério relevante.

**QUESTÃO 19 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A especialização técnica não afasta a incidência da Súmula Vinculante nº 13 para cargos em comissão de assessoramento; esse argumento não é suficiente.

**B) [✓ CORRETA]** A SV 13 veda o nepotismo em cargos em comissão e de confiança; o genro é parente por afinidade em 1º grau, incluído na proibição. Quanto ao primo indicado para cargo político (Secretário de Estado), o STF tem afastado a aplicação da SV 13 por não se tratar de cargo em comissão de livre nomeação, mas de cargo político.

**C) [X INCORRETA]** A SV 13 não alcança automaticamente cargos políticos (ministros, secretários de Estado); o STF tem distinguido os casos.

**D) [X INCORRETA]** Parentes por afinidade até 3º grau estão sim incluídos na SV 13 (genro = afim em 1º grau). A indicação do primo para outra esfera de poder pode ou não configurar nepotismo cruzado, mas o genro está claramente proibido.

**E) [X INCORRETA]** Nepotismo cruzado exige reciprocidade de indicações entre agentes de poderes distintos. A nomeação do primo para Secretário de Estado pelo Governador é, por si só, cargo político não alcançado pela SV 13, não necessariamente nepotismo cruzado.

**QUESTÃO 20 ► Gabarito: A**

**A) [✓ CORRETA]** Rafael auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do cargo (art. 9º da LIA — enriquecimento ilícito). Mariana, embora sem vantagem econômica, concorreu dolosamente para o ato que causou prejuízo ao erário (art. 10 da LIA — prejuízo ao erário), respondendo cada um pelas sanções da categoria que praticou.

**B) [X INCORRETA]** Mariana não auferiu vantagem econômica, portanto não praticou enriquecimento ilícito (art. 9º). Sua conduta omissiva dolosa caracteriza art. 10.

**C) [X INCORRETA]** Inverso: Rafael praticou ato do art. 9º (enriquecimento ilícito), não art. 10. Mariana praticou art. 10 (não art. 11, pois há nexos causal com o prejuízo ao erário).

**D) [X INCORRETA]** Mariana responde pela LIA pois contribuiu dolosamente para o prejuízo ao erário (art. 10), ainda que sem vantagem pessoal. A ausência de proveito próprio não a exclui como sujeito ativo do art. 10.

**E) [X INCORRETA]** Os arts. 9º e 10 da LIA não exigem que ambos os agentes obtenham proveito econômico. O art. 9º exige vantagem ao sujeito; o art. 10 exige apenas o prejuízo ao erário, com ou sem proveito do agente.

## Noções de Informática e Proteção de Dados (Questões 21 a 25)

### QUESTÃO 21 ► Gabarito: B

- A) [X INCORRETA]** A criptografia assimétrica usa par de chaves (pública e privada) distintas; é mais lenta — inadequada para grandes volumes de dados em tempo real.
- B) [✓ CORRETA]** A criptografia simétrica utiliza uma única chave secreta compartilhada entre emissor e receptor, oferecendo alta velocidade de processamento, sendo ideal para criptografar grandes volumes de dados em redes corporativas (ex.: AES, DES).
- C) [X INCORRETA]** Criptografia de curva elíptica é uma forma de criptografia assimétrica (par de chaves); não opera com chave única compartilhada.
- D) [X INCORRETA]** A função hash (SHA, MD5) é unidirecional — gera resumo e não permite decifração. Não serve para proteger dados que precisam ser recuperados.
- E) [X INCORRETA]** A criptografia híbrida usa assimétrica para a troca da chave de sessão e simétrica para os dados. Não corresponde ao modelo descrito (uma única chave compartilhada).

### QUESTÃO 22 ► Gabarito: C

- A) [X INCORRETA]** Ransomware sequestra (criptografa) arquivos e exige pagamento de resgate para liberação. Não envolve captura de credenciais via página falsa.
- B) [X INCORRETA]** Rootkit é um tipo de malware que concede acesso privilegiado e persistente ao sistema, ocultando sua presença. Difere do ataque descrito.
- C) [✓ CORRETA]** Phishing é a fraude eletrônica que usa mensagens ou páginas falsas para induzir a vítima a fornecer credenciais. O e-mail falso imitando a TI e a página idêntica ao portal do TJSC são elementos clássicos de phishing.
- D) [X INCORRETA]** Worm é um malware que se propaga automaticamente pela rede sem interação do usuário, causando sobrecarga ou danos. Não há coleta de credenciais via engenharia social.
- E) [X INCORRETA]** Spyware monitora silenciosamente as atividades do usuário (keylogger, capturas de tela). Diferencia-se do phishing, que exige ação ativa da vítima para inserir dados.

### QUESTÃO 23 ► Gabarito: B

- A) [X INCORRETA]** A Resolução TJ nº 3/2021 não exige autorização judicial para o exercício dos direitos de acesso e correção dos próprios dados pelo titular.
- B) [✓ CORRETA]** A Resolução TJ nº 3/2021 (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados do PJSC), em consonância com a LGPD, assegura ao titular — incluindo servidores — os direitos de acesso e correção dos dados tratados no âmbito do PJSC, mediante requerimento ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO).
- C) [X INCORRETA]** A Resolução abrange todos os titulares cujos dados sejam tratados pelo PJSC, incluindo servidores — não apenas partes em processos judiciais.
- D) [X INCORRETA]** Qualquer recusa deve ser fundamentada e comunicada formalmente ao titular, não pode ocorrer por simples conveniência institucional.
- E) [X INCORRETA]** A LGPD e a Resolução TJ 3/2021 não limitam o direito de acesso à data de coleta; o direito alcança todos os dados tratados, independentemente de quando foram coletados.

**QUESTÃO 24 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** WIN + E abre o Windows Explorer (Explorador de Arquivos), não o histórico da área de transferência.
- B) [✓ CORRETA]** WIN + V é o atalho nativo do Windows 10 que abre o histórico da área de transferência (Clipboard History), permitindo selecionar itens copiados anteriormente durante a sessão.
- C) [X INCORRETA]** WIN + D minimiza todas as janelas e exibe a área de trabalho.
- D) [X INCORRETA]** WIN + L bloqueia o computador, exigindo autenticação para retomada.
- E) [X INCORRETA]** CTRL + ALT + V não é atalho nativo do Windows; em alguns aplicativos pode ter função específica, mas não abre o histórico da área de transferência do sistema.

**QUESTÃO 25 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** Anonimização torna o dado irreversivelmente não vinculável ao titular por meios razoáveis. Aqui, como existe chave de decodificação que permite a reversão, trata-se de pseudonimização.
- B) [✓ CORRETA]** Pseudonimização: substituição de identificadores por códigos com chave de reversão armazenada separadamente (LGPD, art. 13, §4º). Os dados de saúde (diagnósticos, tratamentos) são dados pessoais sensíveis conforme a LGPD (art. 5º, II) e a Resolução TJ nº 3/2021.
- C) [X INCORRETA]** Bloqueio temporário é a suspensão temporária do tratamento de dados, não uma técnica de substituição de identificadores.
- D) [X INCORRETA]** Dados biométricos são os relacionados a características físicas ou comportamentais do indivíduo (impressão digital, voz, face). Diagnósticos médicos são dados de saúde (categoria específica de dados sensíveis), não dados biométricos.
- E) [X INCORRETA]** Dados de saúde são dados pessoais sensíveis pela LGPD independentemente de qualquer intenção discriminatória; a sensibilidade decorre da natureza intrínseca da informação.

**Direitos Humanos e Acesso à Justiça (Questões 26 a 30)****QUESTÃO 26 ► Gabarito: B**

- A) [X INCORRETA]** A 1ª dimensão são os direitos civis e políticos — liberdades individuais negativas (ex.: liberdade de expressão, proibição de tortura). Exigem abstenção do Estado.
- B) [✓ CORRETA]** A 2ª dimensão abrange os direitos sociais, econômicos e culturais (saúde, educação, moradia, trabalho). Exigem prestações positivas do Estado para promover a igualdade material.
- C) [X INCORRETA]** A 3ª dimensão tutela interesses difusos e coletivos: direito ao meio ambiente equilibrado, ao desenvolvimento, à paz, à autodeterminação dos povos.
- D) [X INCORRETA]** A 4ª dimensão (Paulo Bonavides) associa-se à democracia direta, à bioética e às novas tecnologias genéticas — direitos de titularidade difusa e universal.
- E) [X INCORRETA]** Moradia não é direito de 1ª dimensão (liberdade); é direito social de 2ª dimensão, exigindo ações positivas do Estado para sua efetivação.

**QUESTÃO 27 ► Gabarito: C**

**A) [X INCORRETA]** Status supralegal é o conferido aos tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum (sem o quórum especial do art. 5º, §3º CF). Ex.: Pacto de San José da Costa Rica (RE 466.343/STF).

**B) [X INCORRETA]** O quórum de 3/5 em dois turnos em cada Casa é o rito especial das emendas constitucionais, não do processo legislativo ordinário.

**C) [✓ CORRETA]** O art. 5º, §3º da CF (incluído pela EC nº 45/2004) estabelece que os tratados de direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso, em dois turnos, por 3/5 dos votos, equivalem a emendas constitucionais.

**D) [X INCORRETA]** Normas constitucionais originárias são as do texto original de 1988. Tratados incorporados por EC 45/2004 ou posteriores têm status de emenda, não de norma originária.

**E) [X INCORRETA]** Decreto legislativo é a forma de ratificação dos tratados pelo Congresso, não a hierarquia que resulta da aprovação pelo rito do §3º do art. 5º.

**QUESTÃO 28 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A soberania é limitada pelos tratados internacionais que o Estado ratificou. A Convenção Americana estabelece proibição irreversível para países que já aboliram a pena de morte.

**B) [✓ CORRETA]** O art. 4º, §3º, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos veda expressamente que os Estados que já aboliram a pena de morte a reestabeçam. Trata-se de cláusula irreversível — uma espécie de vedação regressiva em direitos humanos.

**C) [X INCORRETA]** A Convenção não prevê exceção para crimes hediondos nem referendo popular; a proibição de reintrodução é absoluta.

**D) [X INCORRETA]** A proibição na Convenção Americana não distingue entre crimes políticos e crimes comuns; aplica-se a todos.

**E) [X INCORRETA]** A denúncia da Convenção é possível (art. 78), mas o Estado ainda assim não poderia reintroduzir a pena durante o período de vigência; além disso, a denúncia não afastaria a responsabilidade internacional retroativa.

**QUESTÃO 29 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** Avisos sonoros em semáforos não superam barreiras urbanísticas (que são do espaço urbano físico — calçadas, rampas), mas barreiras de comunicação e informação.

**B) [✓ CORRETA]** Conforme o art. 3º da Lei nº 13.146/2015: barreiras nas comunicações e informações são as que dificultam a expressão ou o recebimento de mensagens (avisos sonoros superam essa barreira para pessoas com deficiência visual); barreiras arquitetônicas são as existentes no interior de edificações (balcões altos superam essa barreira).

**C) [X INCORRETA]** Barreiras tecnológicas são as que dificultam o acesso a tecnologias. Barreiras atitudinais são as de comportamento e preconceito. Nenhuma das duas descreve as situações apresentadas.

**D) [X INCORRETA]** Inverte a classificação: avisos sonoros em semáforos não são arquitetônicos e balcões rebaixados não são de comunicação/informação.

**E) [X INCORRETA]** Avisos sonoros não superam barreiras urbanísticas e balcões rebaixados não superam barreiras tecnológicas.

**QUESTÃO 30 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O STF na ADI 4275 afastou expressamente a exigência de laudo médico e cirurgia para a alteração do registro civil.

**B) [✓ CORRETA]** Na ADI 4275/DF (2018), o STF reconheceu o direito à alteração do prenome e do marcador de gênero no registro civil por mera autodeclaração, independentemente de cirurgia de redesignação sexual, laudos médicos ou psicológicos, sendo o procedimento realizável diretamente em cartório (via extrajudicial).

**C) [X INCORRETA]** O STF não exigiu tratamento hormonal como requisito; a autodeclaração é suficiente.

**D) [X INCORRETA]** O STF expressamente admitiu o procedimento extrajudicial (cartorial), sem necessidade de ação judicial declaratória.

**E) [X INCORRETA]** O STF afastou a exigência de reconhecimento judicial ou perícia médica pelo CRM; a autodeclaração do titular é o único requisito.

## MÓDULO II — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Noções de Direito Administrativo (Questões 31 a 40)

**QUESTÃO 31 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** Descentralização por colaboração envolve transferência de atividade a entidade privada por contrato (concessão, permissão). Não é o caso — não há particular envolvido.

**B) [✓ CORRETA]** Desconcentração administrativa é a redistribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, sem criação de nova entidade. O TJSC criou um novo setor interno, sem nova pessoa jurídica — desconcentração.

**C) [X INCORRETA]** Descentralização por outorga (legal) ocorre quando lei cria nova pessoa jurídica (autarquia, fundação) e transfere a titularidade do serviço. Não é o caso.

**D) [X INCORRETA]** Descentralização territorial é característica de autarquias de base geográfica, não de redistribuição interna de atribuições.

**E) [X INCORRETA]** Delegação de competência é ato que transfere o exercício de competência a subordinado por portaria; é diferente de desconcentração, que é a própria distribuição estrutural do poder dentro do órgão.

**QUESTÃO 32 ► Gabarito: C**

**A) [X INCORRETA]** A legalidade seria violada caso o ato fosse praticado sem base legal. Aqui o problema é a personalização da comunicação, não a ausência de lei.

**B) [X INCORRETA]** A publicidade como princípio exige transparência dos atos; não veda apenas a divulgação fora do DJE. O princípio que mais especificamente incide é a impessoalidade.

**C) [✓ CORRETA]** O art. 37, §1º, da CF/88 veda expressamente que os atos de publicidade dos órgãos públicos tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social com nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores. Viola diretamente a impessoalidade.

**D) [X INCORRETA]** A eficiência trata da qualidade e economia dos serviços. O gasto com comunicação personalizada pode também violar a eficiência, mas o fundamento principal é a impessoalidade do art. 37, §1º.

**E) [X INCORRETA]** A moralidade abrange a boa-fé e a ética administrativas em sentido amplo. O fundamento mais específico e constitucionalmente expresso para o caso é a impessoalidade (art. 37, §1º CF).

### QUESTÃO 33 ► Gabarito: A

**A) [✓ CORRETA]** A autoexecutoriedade é atributo do ato administrativo que permite à Administração executar diretamente suas decisões sem necessidade de intervenção judicial. A multa contratual pode ser executada via desconto da garantia contratual, sem precisar de processo judicial.

**B) [X INCORRETA]** Exigibilidade (coercibilidade indireta) é a prerrogativa de impor multas e obrigações, podendo a execução forçada sobre a garantia ser feita pela própria Administração — a via judicial é alternativa, não obrigatória.

**C) [X INCORRETA]** Imperatividade é a imposição unilateral de obrigações ao particular, independentemente de sua concordância. É atributo distinto da autoexecutoriedade.

**D) [X INCORRETA]** A presunção de legitimidade do ato administrativo é relativa (juris tantum), mas inverte o ônus da prova para o administrado, não para a Administração.

**E) [X INCORRETA]** A autoexecutoriedade não se restringe a atos discricionários; aplica-se também a atos vinculados como a execução de multas contratuais expressamente previstas.

### QUESTÃO 34 ► Gabarito: A

**A) [✓ CORRETA]** A aposentadoria por invalidez permanente é ato precário e revogável. Cessada a causa (invalidez), o servidor retorna ao serviço ativo no cargo anteriormente ocupado, conforme o regime estatutário federal (Lei 8.112/90, art. 186, §1º, aplicável subsidiariamente).

**B) [X INCORRETA]** A aposentadoria por invalidez não é ato definitivo e imodificável; é ato precário sujeito à revisão por nova perícia médica.

**C) [X INCORRETA]** A readaptação em cargo diferente ocorre na recuperação parcial da capacidade; na recuperação total, o servidor retorna ao cargo original sem novo concurso.

**D) [X INCORRETA]** A readaptação em cargo compatível (com manutenção dos proventos) é para recuperação parcial de capacidade. Na recuperação total, o retorno é ao cargo original.

**E) [X INCORRETA]** O ordenamento estatutário prevê expressamente a reversão da aposentadoria por invalidez quando cessada sua causa; a alternativa contraria texto expresso.

**QUESTÃO 35 ► Gabarito: D**

**A) [X INCORRETA]** Concurso é modalidade para contratação de trabalho técnico, científico ou artístico (projetos, composições, planos). Não se aplica a bens de expediente padronizados.

**B) [X INCORRETA]** Diálogo competitivo é modalidade para objetos inovadores, tecnologias novas ou soluções que o mercado ainda não oferece de forma padronizada. Material de expediente é objeto comum e amplamente disponível.

**C) [X INCORRETA]** Leilão é modalidade para alienação de bens públicos ou contratos de concessão com disputa pela maior oferta. Não serve para compra de materiais.

**D) [✓ CORRETA]** O pregão é a modalidade obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns (art. 29, I, da Lei 14.133/2021), independentemente do valor estimado da contratação. Material de expediente padronizado é o exemplo paradigmático de bem comum.

**E) [X INCORRETA]** A concorrência foi mantida na Lei 14.133/2021, mas não é a modalidade obrigatória para bens comuns; o pregão tem preferência expressa.

**QUESTÃO 36 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A delegação de competência é vedada quando a competência for exclusiva ou indelegável por lei. No caso, não há indicação de que a homologação de processo seletivo interno seja competência exclusiva e indelegável.

**B) [✓ CORRETA]** A delegação de competência é admitida pela Lei 9.784/1999 (processo administrativo federal) e pelos princípios de organização administrativa, desde que não haja vedação legal. Os atos do delegatário são válidos e eficazes, sendo de sua responsabilidade direta.

**C) [X INCORRETA]** Os atos praticados pelo delegatário não precisam de ratificação pelo delegante; produzem efeitos jurídicos plenos desde sua prática.

**D) [X INCORRETA]** A delegação pode ser feita por ato normativo infralegal (portaria, resolução), desde que não haja vedação legal expressa. Não exige necessariamente lei formal.

**E) [X INCORRETA]** Portaria é instrumento normativo adequado para delegação de competência no âmbito administrativo interno. A hierarquia do ato normativo (portaria vs. resolução) não invalida a delegação se não há previsão contrária.

**QUESTÃO 37 ► Gabarito: A**

**A) [✓ CORRETA]** Teoria do risco administrativo (CF art. 37, §6º): o Estado responde objetivamente pelo dano causado por seus agentes (basta nexos causal + dano). A ação regressiva contra o servidor exige prova de dolo ou culpa (§6º, in fine). Os dois regimes coexistem.

**B) [X INCORRETA]** A responsabilidade do Estado é objetiva na teoria do risco administrativo; a vítima não precisa provar culpa do agente.

**C) [X INCORRETA]** A ação regressiva não é automática; o ônus de provar dolo ou culpa do agente cabe ao Estado.

**D) [X INCORRETA]** A culpa exclusiva do terceiro/servidor pode excluir a responsabilidade do Estado apenas se romper o nexos causal; mas no caso de servidor em serviço, o nexos geralmente permanece para fins de responsabilidade objetiva do Estado perante a vítima.

**E) [X INCORRETA]** A responsabilidade do Estado é direta (não subsidiária) conforme o art. 37, §6º, CF; a vítima pode acionar diretamente o Estado.

**QUESTÃO 38 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O Tribunal de Contas não é a instância de primeira intervenção; a Administração pode agir diretamente com base nas cláusulas exorbitantes do contrato.

**B) [✓ CORRETA]** A Lei 14.133/2021 confere à Administração a prerrogativa de rescindir unilateralmente o contrato por inexecução (art. 137, I), aplicar sanções (art. 156) e exigir ressarcimento dos prejuízos, dispensando intervenção judicial.

**C) [X INCORRETA]** As sanções administrativas contratuais são aplicadas pela Administração independentemente de decisão judicial; garantido o contraditório no PAD.

**D) [X INCORRETA]** Não há exigência legal de três notificações ou audiência de conciliação prévia antes da rescisão por inexecução contratual.

**E) [X INCORRETA]** A rescisão unilateral é cláusula exorbitante expressamente prevista na Lei 14.133/2021; não viola o equilíbrio econômico-financeiro quando decorre de inadimplemento da contratada.

**QUESTÃO 39 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O prejuízo ao erário (art. 10 LIA) pressupõe perda patrimonial da Administração. Ana auferiu vantagem pessoal indevida — a conduta é mais adequada ao art. 9º.

**B) [✓ CORRETA]** O art. 9º da LIA tipifica a obtenção de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo. Ana recebeu pagamento mensal por uso de informações sigilosas do cargo — enriquecimento ilícito.

**C) [X INCORRETA]** O art. 11 LIA (atentatório aos princípios) é residual e se aplica quando não há vantagem econômica ou prejuízo ao erário. Ana obteve vantagem econômica, configurando art. 9º.

**D) [X INCORRETA]** A conduta ocorreu em razão do cargo (uso de informações sigilosas obtidas funcionalmente); o horário não é critério determinante para a incidência da LIA.

**E) [X INCORRETA]** O 'art. 10-A' citado na alternativa não existe na LIA. A conduta de Ana enquadra-se no art. 9º (enriquecimento ilícito).

**QUESTÃO 40 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** Empresa pública tem personalidade jurídica de direito privado e regime de pessoal celetista (CLT), diferentemente da entidade descrita, que tem regime estatutário.

**B) [✓ CORRETA]** Autarquia: pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com autonomia administrativa, patrimônio próprio, regime estatutário de pessoal e sujeita ao controle pelo Tribunal de Contas. Todos os elementos da questão correspondem ao conceito de autarquia.

**C) [X INCORRETA]** Fundação pública de direito privado tem regime misto, sendo instituída por lei mas operando sob regime de direito privado com pessoal CLT.

**D) [X INCORRETA]** Sociedade de economia mista tem capital público-privado, regime de pessoal CLT e personalidade jurídica de direito privado.

**E) [X INCORRETA]** Órgão não tem personalidade jurídica própria; é parte integrante da estrutura de uma pessoa jurídica, sem patrimônio próprio nem autonomia plena.

## Noções de Direito Constitucional (Questões 41 a 48)

### QUESTÃO 41 ► Gabarito: A

**A) [✓ CORRETA]** O art. 105, I, 'b', da CF/88 confere ao STJ competência originária para processar e julgar os mandados de segurança contra atos de ministros de Estado, dos próprios membros do STJ, dos Tribunais Superiores, dos Tribunais de Justiça dos Estados, do DF, dos Tribunais Regionais e membros do CNJ e CNMP.

**B) [X INCORRETA]** A competência do STJ não é definida pela natureza do impetrante, mas pela autoridade coatora. Entidades de classe podem impetrar MS no STF, STJ ou TJ conforme a autoridade.

**C) [X INCORRETA]** O STJ tem competência para MS contra atos de diversas autoridades, não apenas contra seus próprios membros.

**D) [X INCORRETA]** MS contra governadores é de competência do STJ (art. 105, I, b). MS contra Senadores é de competência do STF (art. 102, I, d).

**E) [X INCORRETA]** O STJ não funciona como instância revisora de MS dos TJs; possui competência originária para MS quando a autoridade coatora é o próprio TJ ou membro do CNJ.

### QUESTÃO 42 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O TJSC não pode rever jurisdicionalmente seus próprios atos administrativos em sede de autocontrole; o controle externo jurisdicional é realizado pelo STJ.

**B) [✓ CORRETA]** O STJ tem competência originária para mandados de segurança contra atos dos Tribunais de Justiça dos Estados (CF art. 105, I, b), o que inclui atos administrativos do Tribunal Pleno do TJSC.

**C) [X INCORRETA]** A competência do STF para atos de tribunais se dá em situações específicas (MS contra atos do próprio STJ, CNJ etc.), não como regra geral para atos dos TJs.

**D) [X INCORRETA]** A Vara da Fazenda Pública tem competência para ações contra o Estado, mas não para rever atos do Tribunal Pleno do TJSC (que tem foro próprio no STJ).

**E) [X INCORRETA]** O CNJ exerce controle administrativo e disciplinar, não controle jurisdicional de direitos individuais de servidores.

### QUESTÃO 43 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** Constituição normativa (Loewenstein) é aquela que efetivamente regula a vida política e limita o poder — corresponde à realidade. Não é o caso descrito, onde o poder não é limitado.

**B) [✓ CORRETA]** Constituição semântica: serve apenas para instrumentalizar a manutenção do poder pelos seus detentores, sem limitação real do exercício do poder. É a classificação típica de regimes autoritários que usam a Constituição como fachada formal.

**C) [X INCORRETA]** Constituição nominal possui força normativa mas é sistematicamente descumprida por falta de adequação às condições sociais e políticas. Difere da semântica porque na nominal há tentativa real de regular o poder.

**D) [X INCORRETA]** Constituição sintética é classificação quanto à extensão (enxuta, que trata apenas dos princípios fundamentais). É critério diverso do proposto na questão.

**E) [X INCORRETA]** Constituição flexível é classificação quanto à rigidez (pode ser alterada pelo mesmo processo das leis ordinárias). Não trata da correspondência com a realidade política.

#### QUESTÃO 44 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** As CPIs não podem expedir mandado de prisão preventiva. O STF consolidou que essa prerrogativa é exclusiva do Poder Judiciário.

**B) [✓ CORRETA]** As CPIs têm poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais (CF art. 58, §3º), podendo decretar quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Porém, não podem expedir mandado de prisão preventiva — privação cautelar de liberdade é reserva de jurisdição.

**C) [X INCORRETA]** As CPIs têm poderes que vão muito além da mera intimação de testemunhas; podem determinar diligências, requisitar documentos, decretar quebra de sigilos.

**D) [X INCORRETA]** A quebra de sigilo bancário não exige autorização prévia do STF; as CPIs podem fazê-lo diretamente, com base em motivação e finalidade investigatória.

**E) [X INCORRETA]** A afirmação sobre âmbito estadual está equivocada: CPIs federais investigam no âmbito federal; CPIs estaduais, no estadual. O erro é não reconhecer os poderes efetivos das CPIs.

#### QUESTÃO 45 ► Gabarito: C

**A) [X INCORRETA]** O servidor não é exonerado ao tomar posse no mandato eletivo; o art. 38 CF garante o retorno ao cargo após o término do mandato.

**B) [X INCORRETA]** O art. 38, III, permite a acumulação de vereador com cargo efetivo apenas se houver compatibilidade de horários. Se incompatível, deve afastar-se e optar por uma das remunerações.

**C) [✓ CORRETA]** Art. 38, III, CF: no caso de servidor público investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo; não havendo, deverá afastar-se, podendo optar pela remuneração, com retorno ao cargo após o mandato.

**D) [X INCORRETA]** A acumulação só é permitida se houver compatibilidade de horários; sem ela, a acumulação é vedada (art. 38, III CF).

**E) [X INCORRETA]** O art. 38 não prevê exoneração automática para vereador; garante o retorno ao cargo após o mandato.

#### QUESTÃO 46 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A LC 135/2010 não restringe a inelegibilidade a agentes públicos; aplica-se a qualquer candidato condenado por crime doloso em acórdão colegiado.

**B) [✓ CORRETA]** A Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010) prevê inelegibilidade para pessoas condenadas por crimes dolosos (peculato é crime doloso) em acórdão prolatado por órgão colegiado, independentemente do trânsito em julgado, pelo prazo de 8 anos após o cumprimento da pena.

**C) [X INCORRETA]** A Ficha Limpa não exige o cumprimento integral da pena; a condenação em acórdão colegiado já gera a inelegibilidade.

**D) [X INCORRETA]** A inelegibilidade da Ficha Limpa não se limita ao Executivo; aplica-se a quaisquer cargos eletivos.

**E) [X INCORRETA]** A Ficha Limpa incide desde a primeira candidatura; não exige que o condenado já tenha sido eleito para o mesmo cargo anteriormente.

#### QUESTÃO 47 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O art. 5º, XLII, da CF não se limita a tornar o racismo inafiançável; declara-o expressamente imprescritível. O juiz deve rejeitar a prescrição.

**B) [✓ CORRETA]** O art. 5º, XLII, CF: 'a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.' A imprescritibilidade é absoluta, independentemente do tempo decorrido.

**C) [X INCORRETA]** A CF não distingue entre maior ou menor potencial ofensivo para fins de imprescritibilidade do racismo; a norma é absoluta.

**D) [X INCORRETA]** O ambiente de trabalho não altera o prazo prescricional; o crime de racismo é imprescritível por determinação constitucional, independentemente do local.

**E) [X INCORRETA]** Não é necessário verificar se o fato se enquadra como tortura; o racismo é imprescritível por expressa previsão constitucional autônoma.

#### QUESTÃO 48 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A CF art. 12, I, 'b', condiciona a nacionalidade originária por filiação à circunstância de o pai ou mãe ser BRASILEIRO NATO. Pai naturalizado não transmite a condição de brasileiro nato ao filho.

**B) [✓ CORRETA]** Conforme o art. 12, I, 'b' e 'c', da CF, a atribuição da nacionalidade brasileira originária por jus sanguinis exige que pelo menos um dos genitores seja brasileiro NATO (não naturalizado). Carlos, filho de pai naturalizado e mãe estrangeira, sem registro consular, é estrangeiro.

**C) [X INCORRETA]** Carlos pode requerer naturalização ordinária (art. 12, II), mas não naturalização por descendência (que exigiria pai/mãe nato). A alternativa confunde as hipóteses.

**D) [X INCORRETA]** A opção pela nacionalidade brasileira ao atingir a maioridade é para filho de BRASILEIRO NATO nascido no exterior sem registro consular (art. 12, I, 'c'). Carlos não tem pai nato.

**E) [X INCORRETA]** Carlos teria a nacionalidade do país onde nasceu (critério jus soli do país estrangeiro). Não seria apátrida, a não ser em hipótese muito específica.

## Noções de Direito Civil (Questões 49 a 54)

### QUESTÃO 49 ► Gabarito: C

**A) [X INCORRETA]** A lei nova não pode retroagir para ampliar prejudicialmente prazo em curso, pois violaria o direito adquirido e o ato jurídico perfeito.

**B) [X INCORRETA]** A LINDB não autoriza retroatividade de lei nova prejudicial ao interessado, mesmo que esta seja de ordem pública.

**C) [✓ CORRETA]** O art. 6º da LINDB e o art. 5º, XXXVI, da CF vedam a retroatividade de lei que prejudique o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. O prazo de Caio já em curso é ato jurídico perfeito a ser regulado pela lei anterior.

**D) [X INCORRETA]** Normas de ordem pública têm aplicação imediata a fatos futuros (efeito imediato), mas não retroagem para prejudicar situações já constituídas sob lei anterior.

**E) [X INCORRETA]** O conflito de leis no tempo tem regra geral expressa no art. 6º da LINDB: a lei nova tem efeito imediato e geral, mas respeita o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

### QUESTÃO 50 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A emancipação voluntária pelos pais por instrumento público não requer homologação judicial; produz efeitos com o registro do instrumento no Cartório de Registro Civil (CC art. 9º, II).

**B) [✓ CORRETA]** A emancipação pelos pais confere plena capacidade civil ao filho (CC art. 5º, parágrafo único, I). Marcos pode celebrar contratos, inclusive de compra e venda de imóveis, sem assistência ou representação dos pais.

**C) [X INCORRETA]** O CC não prevê limite de valor para atos praticados por emancipados; a capacidade é plena após a emancipação.

**D) [X INCORRETA]** A emancipação confere capacidade plena para todos os atos civis, incluindo negócios imobiliários; não há exceção para negócios acima de determinado valor.

**E) [X INCORRETA]** O emancipado pode fixar domicílio independentemente dos pais; o CC não limita o domicílio do emancipado ao dos pais até os 18 anos.

### QUESTÃO 51 ► Gabarito: C

**A) [X INCORRETA]** Dolo (CC art. 145) exige artifício, ardis ou meio fraudulento para induzir a vítima em erro. O médico não enganou Maria; ela sabia o que contratava.

**B) [X INCORRETA]** Erro substancial (CC art. 139) é falsa representação da realidade sobre elemento essencial do negócio. Maria não se enganou sobre a natureza do contrato.

**C) [✓ CORRETA]** Estado de perigo (CC art. 156): ocorre quando alguém, premido de necessidade de salvar-se ou a pessoa de sua família, assume obrigação excessivamente onerosa, com o conhecimento desta situação pela outra parte. Todos os requisitos estão presentes: necessidade de salvar o filho, obrigação onerosa (R\$ 30.000,00), conhecimento do médico.

**D) [X INCORRETA]** Lesão (CC art. 157) pressupõe premente necessidade ou inexperiência do prejudicado somada à desproporção das prestações, mas o estado de perigo é mais específico para situações de urgência vital com a intencionalidade de uma das partes.

**E) [X INCORRETA]** Coação moral (CC art. 151) exige ameaça injusta de mal iminente e considerável. O médico não ameaçou; Maria agiu por necessidade de salvar o filho, não por ameaça injusta.

**QUESTÃO 52 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O CC não limita o domicílio da pessoa jurídica à sede quando ela possui filiais responsáveis pelos atos que originaram a demanda.

**B) [✓ CORRETA]** O CC art. 75, §1º: 'Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.' A filial de Florianópolis é responsável pelos contratos com o TJSC, sendo portanto domicílio para esses atos.

**C) [X INCORRETA]** O TJSC pode escolher entre a sede (SP) e a filial responsável pelo ato (Florianópolis), não entre todos os locais onde a empresa opera.

**D) [X INCORRETA]** Não existe foro necessário em Brasília para contratos com o Poder Público; essa regra não existe no CC.

**E) [X INCORRETA]** O TJSC não possui prerrogativa de foro estadual em Santa Catarina para fins de competência processual em ações que promove.

**QUESTÃO 53 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O direito condicional, embora pendente, integra o patrimônio do titular; a doação com condição suspensiva não se converte em promessa de doação e é transmissível causa mortis.

**B) [✓ CORRETA]** CC art. 125: enquanto não implementada a condição suspensiva, não se adquire o direito. Mas o CC art. 130 assegura que 'ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva, é permitido praticar os atos destinados a conservá-lo.' O direito condicional integrava o patrimônio de Lucas e se transmite aos herdeiros, que ficam obrigados a honrá-lo se a condição se implementar.

**C) [X INCORRETA]** A doação não é contrato personalíssimo no que tange à transmissão da obrigação condicionada; os herdeiros do doador ficam vinculados ao negócio já celebrado.

**D) [X INCORRETA]** A morte do doador não converte a condição suspensiva em resolutiva; as condições têm natureza própria e não se transformam por eventos supervenientes.

**E) [X INCORRETA]** A condição suspensiva é válida em contratos de doação (CC art. 121); não há vedação à doação sujeita a condição futura e incerta.

**QUESTÃO 54 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A Lei nº 12.682/2012 reconhece valor probatório pleno aos documentos digitalizados com certificação digital; não os coloca em posição inferior aos originais físicos.

**B) [✓ CORRETA]** A Lei nº 12.682/2012 (art. 3º e §§) atribui ao documento digitalizado, quando utilizado processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, o mesmo valor jurídico e probatório do documento original, podendo os físicos ser descartados após o procedimento.

**C) [X INCORRETA]** Os documentos digitalizados podem ser utilizados como prova em processos judiciais; a lei visa exatamente esse reconhecimento.

**D) [X INCORRETA]** A Lei nº 12.682/2012 se aplica tanto ao setor público quanto ao privado; não há restrição ao âmbito privado.

**E) [X INCORRETA]** A lei não prevê prazo mínimo de 20 anos de guarda do original após a digitalização certificada; a guarda pode ser dispensada com a certificação adequada.

## Noções de Direito Processual Civil (Questões 55 a 64)

### QUESTÃO 55 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O CPC/2015 não exige nova ação autônoma para a desconsideração; ela é processada como incidente nos próprios autos.

**B) [✓ CORRETA]** O CPC/2015 (arts. 133-137) criou o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (IDPJ), a ser instaurado nos próprios autos da execução (ou conhecimento), com citação do sócio/sociedade para manifestação, assegurado o contraditório.

**C) [X INCORRETA]** A desconsideração da personalidade jurídica exige o IDPJ com contraditório; não pode ser feita sumariamente por simples petição.

**D) [X INCORRETA]** O juiz não pode instaurar o IDPJ de ofício; depende de requerimento do credor ou do Ministério Público (CPC art. 133).

**E) [X INCORRETA]** O CPC/2015 tem expressa previsão do IDPJ nos arts. 133 a 137; a assertiva contraria texto expresso.

### QUESTÃO 56 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A devolução do mandado por impossibilidade de citação só ocorre após o esgotamento das tentativas cabíveis, incluindo a hora certa. Não é a conduta imediata.

**B) [✓ CORRETA]** CPC art. 252: quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, e havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho, para que aguarde o réu por uma hora; se o réu não comparecer, o oficial deixará nota com o hora marcada para nova visita, e retornará no dia útil imediato, procedendo à citação por hora certa.

**C) [X INCORRETA]** A citação por edital é medida subsidiária à hora certa, cabível quando não for possível localizar o citando ou quando a hora certa não for viável.

**D) [X INCORRETA]** O arrombamento de porta para fins de citação não é previsto no CPC; a citação não admite essa medida.

**E) [X INCORRETA]** Não há prazo de 30 dias de espera. A suspeita de ocultação comprovada por duas visitas frustradas já autoriza o procedimento de hora certa.

### QUESTÃO 57 ► Gabarito: C

**A) [X INCORRETA]** O pedido imediato (providência jurisdicional — indenização) está presente na petição.

**B) [X INCORRETA]** A legitimidade ativa está demonstrada pelo fato de o autor ser o prejudicado.

**C) [✓ CORRETA]** A causa de pedir compõe-se de: (1) causa remota = fatos que deram origem ao direito (presentes na petição) e (2) causa próxima = fundamento jurídico do pedido (ausente na petição). O autor narrou os fatos (causa remota), mas não indicou o fundamento jurídico (causa próxima).

**D) [X INCORRETA]** O interesse de agir (necessidade + utilidade da tutela) é demonstrado pelos fatos narrados. A falta de fundamento jurídico não elimina o interesse de agir.

**E) [X INCORRETA]** A possibilidade jurídica do pedido não depende da indicação do direito material; o problema é a ausência do fundamento jurídico na causa de pedir.

#### QUESTÃO 58 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** Mesmo em questões conhecíveis de ofício (como nulidade absoluta), o CPC/2015 exige que as partes sejam ouvidas antes da decisão (art. 10). A cognoscibilidade de ofício não afasta o contraditório.

**B) [✓ CORRETA]** CPC art. 10: 'O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.' A sentença viola expressamente esse dispositivo.

**C) [X INCORRETA]** Os princípios da celeridade e economia processual não autorizam a supressão do contraditório, especialmente com fundamento exposto no art. 10 do CPC.

**D) [X INCORRETA]** A decisão surpresa não é meramente anulável; é nula por violação do princípio do contraditório, com possibilidade de reconhecimento em qualquer grau de jurisdição.

**E) [X INCORRETA]** A ausência de contraditório não configura inexistência jurídica do ato; gera nulidade processual relativa ou absoluta, conforme o caso.

#### QUESTÃO 59 ► Gabarito: D

**A) [X INCORRETA]** Inércia (ne procedat iudex ex officio) é a característica que impede o juiz de iniciar o processo sem provocação. Não se refere ao limite quantitativo do pedido.

**B) [X INCORRETA]** Substitutividade é a característica pela qual a jurisdição substitui a vontade das partes pela autoridade do Estado-juiz.

**C) [X INCORRETA]** Inevitabilidade significa que as partes não podem fugir da incidência da jurisdição uma vez que o processo é instaurado.

**D) [✓ CORRETA]** Adstrição (ou congruência): o juiz está adstrito aos limites do pedido (CPC art. 492). Não pode condenar além do pedido (ultra petita), fora do pedido (extra petita) ou deixar de julgar (infra petita).

**E) [X INCORRETA]** Definitividade é a aptidão das decisões jurisdicionais para se tornarem imutáveis pela coisa julgada material, impedindo nova discussão sobre o mesmo objeto.

#### QUESTÃO 60 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O CPC art. 152, VI, atribui ao escrivão/diretor de secretaria a competência para fornecer certidões independentemente de despacho; a exigência de despacho contraria texto expresso.

**B) [✓ CORRETA]** CPC art. 152, VI: compete ao escrivão ou ao chefe de secretaria 'fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo, independentemente de despacho, observadas as disposições referentes ao segredo de justiça'. A conduta do Escrivão está incorreta.

**C) [X INCORRETA]** Não há exigência de autorização do Presidente do Tribunal para certidões de processos; é atribuição ordinária do escrivão.

**D) [X INCORRETA]** Em processo em segredo de justiça, a certidão é restrita (não 'livre'); mas em processo público, é livre e dispensa despacho.

**E) [X INCORRETA]** Certidões de atos processuais não dependem de manifestação prévia do Ministério Público; são fornecidas diretamente pelo escrivão.

#### QUESTÃO 61 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O autor não está limitado exclusivamente à sede quando a filial responsável pelo ato está em local diverso.

**B) [✓ CORRETA]** CPC art. 53, III, 'a' e 'b': para obrigações pessoais, o foro pode ser o do lugar do cumprimento da obrigação ou onde foi celebrada (Lages), ou o da sede da empresa (Florianópolis). João pode escolher entre esses dois foros.

**C) [X INCORRETA]** A filial de Joinville não tem relação com os contratos objeto da ação; não é alternativa válida de foro.

**D) [X INCORRETA]** Lages é uma das opções, mas não a única; a exclusividade afirmada está incorreta.

**E) [X INCORRETA]** O domicílio do autor não é critério de competência para ações de rescisão contratual fundadas em direito obrigacional; aplica-se o CPC art. 53.

#### QUESTÃO 62 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A carta rogatória exige exequatur do STJ (para produzir efeitos executórios no Brasil) e é adequada para atos que envolvam execução ou coerção. Colheita de depoimento não coercitiva é mais adequada ao auxílio direto.

**B) [✓ CORRETA]** CPC arts. 28-34: o auxílio direto é o instrumento adequado para pedidos de cooperação que não envolvam ato jurisdicional executivo ou coercitivo e que dispensem juízo de delibação pelo STJ. Colheita de depoimento de testemunha se enquadra nessa hipótese.

**C) [X INCORRETA]** Extradicação é a entrega de pessoa ao país solicitante para julgamento ou cumprimento de pena. Não se aplica à colheita de depoimento.

**D) [X INCORRETA]** Homologação de sentença estrangeira (STJ) é para o reconhecimento de decisões judiciais estrangeiras, não para a colheita de provas.

**E) [X INCORRETA]** Carta de ordem é utilizada em comunicação entre tribunais nacionais de diferentes graus hierárquicos, não em cooperação jurídica internacional.

#### QUESTÃO 63 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A criação de vara especializada não altera a competência de processos já em curso; a perpetuatio jurisdictionis preserva a competência original.

**B) [✓ CORRETA]** CPC art. 43: 'Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da ação, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.' A criação de nova vara especializada não suprime o juízo anterior nem altera competência absoluta de processo já distribuído.

**C) [X INCORRETA]** A especialização de vara por lei posterior não configura modificação de estado de fato; é alteração normativa que, por força do art. 43 CPC, não afeta os processos já em tramitação.

**D) [X INCORRETA]** A perpetuatio jurisdictionis não cessa com a fase instrutória; vale durante todo o processo, inclusive para recursos.

**E) [X INCORRETA]** A perpetuatio jurisdictionis aplica-se tanto à competência territorial quanto à competência em razão da matéria (salvo nas exceções do próprio art. 43 CPC).

#### QUESTÃO 64 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** A extinção imediata do processo por citação irregular seria desproporcional; o vício é sanável. O princípio da instrumentalidade das formas e da economia processual determina a renovação da citação.

**B) [✓ CORRETA]** A nulidade da citação irregular deve ser declarada e determinada a renovação da citação desse litisconsorte. Os atos posteriores que o prejudiquem serão anulados. Se o réu comparecer espontaneamente, a nulidade fica sanada (CPC art. 239, §1º).

**C) [X INCORRETA]** O comparecimento espontâneo do réu sana o vício de citação (CPC art. 239, §1º); mas se o réu não compareceu, não há convalidação automática.

**D) [X INCORRETA]** A nulidade da citação não anula todo o processo; apenas os atos posteriores que dependam da citação inválida e que prejudiquem o réu.

**E) [X INCORRETA]** O réu não pode 'confirmar' a citação para convalidá-la; o mecanismo de convalidação é o comparecimento espontâneo (art. 239, §1º CPC), não uma declaração unilateral.

#### Noções de Direito Penal (Questões 65 a 70)

#### QUESTÃO 65 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** Concurso material (CP art. 69) pressupõe múltiplas ações ou omissões, cada uma produzindo resultados. Aqui há uma única ação.

**B) [✓ CORRETA]** Concurso formal próprio (CP art. 70, 1ª parte): uma única ação produz dois ou mais resultados idênticos ou não, com desígnios iguais (mesma finalidade para todas as vítimas). Aplica-se a pena mais grave aumentada de 1/6 até 1/2.

**C) [X INCORRETA]** Concurso formal impróprio (CP art. 70, 2ª parte) ocorre quando há desígnios autônomos (intenção separada para cada vítima). O enunciado diz 'desígnios iguais', configurando o concurso formal próprio.

**D) [X INCORRETA]** Crime continuado (CP art. 71) exige várias ações semelhantes, condições de tempo, lugar e modo de execução próximos, com conexão subjetiva. Aqui há ação única.

**E) [X INCORRETA]** Crime progressivo é quando a conduta menos grave é meio necessário para o crime mais grave (ex.: lesão corporal absorvida pelo homicídio). Não se aplica ao caso.

**QUESTÃO 66 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A irretroatividade da lei penal aplica-se apenas à lei mais grave (novatio legis in pejus). A lei mais benéfica retroage obrigatoriamente (CF art. 5º, XL).

**B) [✓ CORRETA]** CF art. 5º, XL: 'a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.' A lei mais benéfica retroage de imediato, devendo o juiz aplicá-la de ofício, mesmo antes do trânsito em julgado.

**C) [X INCORRETA]** A aplicação é de ofício (CP art. 2º, parágrafo único), não dependendo de requerimento do réu.

**D) [X INCORRETA]** A retroatividade benéfica opera antes e depois do trânsito em julgado. Antes do trânsito, o próprio juiz do processo aplica a lei nova; após, cabe ao juízo da execução.

**E) [X INCORRETA]** A lei nova retroage integralmente: incide sobre a pena (detenção em vez de reclusão), a duração e o regime de cumprimento.

**QUESTÃO 67 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** Legítima defesa (CP art. 25) pressupõe agressão injusta, atual ou iminente. Caio não estava agredindo João; ambos lutavam pela sobrevivência.

**B) [✓ CORRETA]** Estado de necessidade (CP art. 24): quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício não era razoável exigir-se. João age para salvar sua própria vida, em situação involuntária e inevitável.

**C) [X INCORRETA]** O CP brasileiro adotou a teoria unitária (monista) do estado de necessidade, que justifica a conduta mesmo quando bens equivalentes são sacrificados (vida pela vida). O estado de necessidade justificante é admitido no caso.

**D) [X INCORRETA]** Exercício regular de direito (CP art. 23, III) aplica-se a condutas autorizadas pelo ordenamento (ex.: médico cirurgião). O instinto de sobrevivência não configura 'exercício regular de direito'.

**E) [X INCORRETA]** Há excludente de ilicitude (estado de necessidade); a conduta de João é justificada pelo ordenamento, não constituindo crime.

**QUESTÃO 68 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** Roubo majorado por arma de fogo (CP art. 157, §2º-A, I) exige emprego de arma de fogo real. Além disso, o crime não é roubo, mas extorsão — pois a vítima realizou ativamente a transferência.

**B) [✓ CORRETA]** Extorsão (CP art. 158): constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa, obtendo para si vantagem econômica. A vítima realizou ativa e voluntariamente a transferência sob coação — elemento diferenciador do roubo. O crime consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

**C) [X INCORRETA]** No roubo (CP art. 157), o agente subtrai diretamente o bem. Na extorsão, a vítima faz a entrega/ato por força da coação. O fato configura extorsão, não roubo simples.

**D) [X INCORRETA]** Estelionato (CP art. 171) exige induzimento ou manutenção em erro (engano). Aqui não há erro — a vítima sabe que está sendo coagida, não enganada.

**E) [X INCORRETA]** Constrangimento ilegal (CP art. 146) é crime que não tem a finalidade de obtenção de vantagem econômica. A finalidade econômica de Caio configura o tipo especial da extorsão.

**QUESTÃO 69 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O CP art. 24, §1º expressamente prevê a transferência da legitimidade para representar; a representação não é ato exclusivamente personalíssimo no sentido de intransmissível.

**B) [✓ CORRETA]** CP art. 24, §1º: 'No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.' O prazo para representação passa aos sucessores pelo tempo remanescente.

**C) [X INCORRETA]** O Ministério Público não adquire autonomia de ação; aguarda a representação dos legitimados do art. 24, §1º. Sem representação, a ação penal não pode ser proposta.

**D) [X INCORRETA]** A lei não restringe a legitimidade apenas aos descendentes; cônjuge, ascendentes, descendentes e irmãos têm legitimidade, nessa ordem.

**E) [X INCORRETA]** O direito de representação não se extingue pela morte da vítima; transfere-se aos seus sucessores pelo prazo remanescente do período decadencial.

**QUESTÃO 70 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O retorno voluntário não é causa de extinção da punibilidade nem circunstância atenuante específica no crime de abandono de função do CP.

**B) [✓ CORRETA]** CP art. 323 (abandono de função): a forma simples configura-se pelo abandono do cargo público. A qualificante do §1º exige que 'do fato resulte prejuízo público'. O enunciado não menciona prejuízo público, configurando a forma simples.

**C) [X INCORRETA]** O CP art. 323 não prevê qualificante por período superior a 30 dias nem por 'natureza das funções abandonadas'. Essas circunstâncias não existem no texto legal. A qualificante é apenas pelo prejuízo público (§1º) ou por local de fronteira (§2º).

**D) [X INCORRETA]** O crime de abandono de função é crime omissivo permanente; consuma-se com o prolongamento do abandono. O retorno não configura tentativa — o crime já estava consumado.

**E) [X INCORRETA]** O CP não prevê forma privilegiada para o abandono de função com retorno espontâneo. O retorno pode ser considerado na dosimetria, mas não como forma privilegiada legalmente prevista.

**Noções de Direito Processual Penal (Questões 71 a 80)**

**QUESTÃO 71 ► Gabarito: C**

**A) [X INCORRETA]** A prisão temporária por si só pode ser suficiente para as investigações, mas o enunciado indica presença de periculum libertatis — o juiz pode decretar ambas as medidas, ou converter em preventiva após o prazo da temporária.

**B) [X INCORRETA]** Prisão temporária e preventiva não são mutuamente excludentes; podem ser decretadas conjuntamente ou sequencialmente. A temporária encerrada, o juiz pode decretar a preventiva se presentes seus requisitos.

**C) [✓ CORRETA]** Lei nº 7.960/1989, art. 2º, §4º (com redação da Lei nº 8.072/1990): nos crimes hediondos, a prisão temporária terá o prazo de 30 dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. Homicídio qualificado é crime hediondo (Lei 8.072/1990).

**D) [X INCORRETA]** A prisão temporária é amplamente utilizada em crimes hediondos; é exatamente para esses crimes que a lei previu prazo diferenciado mais longo.

**E) [X INCORRETA]** O prazo de 5 dias (prorrogável por mais 5) aplica-se aos crimes não hediondos; nos crimes hediondos, o prazo é de 30 dias, prorrogável por mais 30.

### QUESTÃO 72 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** Não há previsão de juízo de retratação para habeas corpus; o HC não é interposto ao próprio prolator da decisão.

**B) [✓ CORRETA]** A regra geral de competência para o habeas corpus é o tribunal imediatamente superior ao órgão que praticou o ato coator. Decisão de juiz de primeiro grau → HC impetrado no Tribunal de Justiça do Estado.

**C) [X INCORRETA]** O STJ tem competência para HC quando a autoridade coatora é tribunal ou quando a decisão impugnada é de TJ em HC. Não tem competência originária para HC contra decisão de juiz de primeiro grau.

**D) [X INCORRETA]** O STF tem competência para HC quando coator é o próprio STJ ou Tribunal Superior; não tem competência originária para HC contra decisão de juiz de primeiro grau.

**E) [X INCORRETA]** O CNJ exerce controle administrativo e disciplinar, não jurisdicional; não processa habeas corpus.

### QUESTÃO 73 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O CPP art. 282, §1º expressamente permite a cumulação de medidas cautelares diversas da prisão. A taxatividade do rol do art. 319 não veda a cumulação.

**B) [✓ CORRETA]** CPP art. 282, §1º: 'As medidas cautelares previstas neste Título não impedem a aplicação cumulativa de outras medidas cautelares, desde que adequadas e proporcionais ao caso concreto.' As medidas decretadas pelo juiz estão expressamente previstas nos incisos I e IV do art. 319 CPP.

**C) [X INCORRETA]** Não há reserva de competência ao STJ para decretar a proibição de ausentar-se do País; o juiz de primeiro grau pode decretá-la.

**D) [X INCORRETA]** As medidas cautelares do art. 319 são aplicáveis a qualquer infração penal; não há restrição a crimes hediondos ou de alta gravidade.

**E) [X INCORRETA]** Comparecimento periódico e proibição de ausentar-se do País não são medidas mutuamente excludentes; o CPP permite expressamente sua cumulação.

**QUESTÃO 74 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A representação não exige termo formal e solene; o STJ e a doutrina majoritária aceitam qualquer manifestação inequívoca de vontade de representar, inclusive o B.O.

**B) [✓ CORRETA]** A jurisprudência consolidada do STJ admite que o Boletim de Ocorrência que narra com clareza os fatos e identifica o autor equivale a uma representação válida, manifestando a vontade inequívoca da vítima de ver o autor responsabilizado penalmente.

**C) [X INCORRETA]** A representação pode ser feita perante a autoridade policial, o Ministério Público ou o juiz (CPP art. 39); não há exigência de que seja feita diretamente ao MP.

**D) [X INCORRETA]** Não há necessidade de ratificação; o B.O. claro, com narrativa fática e identificação do autor, é suficiente como representação.

**E) [X INCORRETA]** Ameaça (CP art. 147) é crime de ação penal pública condicionada à representação (não ação penal privada). A decadência é de 6 meses contados do conhecimento da autoria — não há vício na representação via B.O.

**QUESTÃO 75 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O CPP art. 385 prevê expressamente que o juiz pode proferir sentença condenatória mesmo quando o MP pede a absolvição; o sistema acusatório no CPP não impede essa conduta.

**B) [✓ CORRETA]** CPP art. 385: 'Nos crimes de ação pública, o juiz poderá proferir sentença condenatória, ainda que o Ministério Público tenha opinado pela absolvição.' O juiz detém livre convencimento motivado e não está vinculado ao pedido final do MP.

**C) [X INCORRETA]** O MP não pode desistir da ação penal pública (CPP art. 42); a manifestação pela absolvição é opinião processual, não desistência.

**D) [X INCORRETA]** O CPP não prevê limitação de pena mínima quando o MP pede absolvição; o juiz fixa a pena de acordo com os critérios do art. 59 CP.

**E) [X INCORRETA]** O CPP art. 385 não condiciona a condenação à presença de assistente de acusação; o juiz pode condenar independentemente.

**QUESTÃO 76 ► Gabarito: C**

**A) [X INCORRETA]** Flagrante próprio (CPP art. 302, I e II): agente preso cometendo a infração ou logo após de cometê-la. Lucas não foi encontrado no ato nem logo após em perseguição; foi encontrado a 500 metros com os objetos.

**B) [X INCORRETA]** Flagrante impróprio (CPP art. 302, III): encontrado em perseguição logo após o crime. Não houve perseguição ininterrupta; Lucas foi encontrado por coincidência a 500 metros do local.

**C) [✓ CORRETA]** Flagrante presumido ou ficto (CPP art. 302, IV): 'é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.' Lucas foi encontrado logo depois com os pertences roubados e a arma, nas condições do inciso IV.

**D) [X INCORRETA]** Flagrante diferido (retardado ou controlado) é modalidade investigativa prevista na Lei 12.850/2013 (crime organizado) e 11.343/2006 (drogas), onde a prisão é propositalmente postergada para identificar toda a cadeia criminosa.

**E) [X INCORRETA]** 'Flagrante esperado' é terminologia doutrinária para situação em que a polícia aguarda o crime ocorrer para prender; não é modalidade legal autônoma e difere do flagrante retardado.

**QUESTÃO 77 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** O art. 366 CPP suspende tanto o processo quanto a prescrição; apenas o processo suspenso contraria o texto expresso.

**B) [✓ CORRETA]** CPP art. 366: se o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir defensor, o processo e a prescrição ficarão suspensos. O STJ, porém, fixou (Súmula 415) que a prescrição fica suspensa pelo prazo máximo abstrato de prescrição correspondente à pena máxima cominada.

**C) [X INCORRETA]** A prescrição não fica suspensa por tempo indeterminado; o STJ (Súmula 415) limitou a suspensão ao prazo prescricional máximo abstrato do crime.

**D) [X INCORRETA]** O art. 366 suspende o processo; não prossegue com defensor dativo imediatamente. O nomeado defensor dativo pode, entretanto, produzir provas urgentes.

**E) [X INCORRETA]** O art. 366 impõe a suspensão, não a decretação de revelia; revelia com defensor é situação diversa, prevista no art. 367 CPP.

**QUESTÃO 78 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A carta rogatória (com exequatur do STJ) é adequada quando envolve execução de decisão judicial ou ato coercitivo. Colheita de depoimento não coercitiva é melhor processada via auxílio direto.

**B) [✓ CORRETA]** O auxílio direto é o instrumento de cooperação internacional adequado para colheita de provas que não envolvam ato executório ou coercitivo, dispensando o exequatur. Previsto nos arts. 26-41 do CPC/2015 (aplicável subsidiariamente ao CPP) e em tratados internacionais.

**C) [X INCORRETA]** Extradução instrutória não é modalidade prevista no ordenamento brasileiro; extradução é reservada à entrega de pessoas processadas ou condenadas, não à colheita de depoimentos.

**D) [X INCORRETA]** Carta precatória internacional não é modalidade prevista no CPP ou CPC como instrumento de cooperação com países estrangeiros; é nomenclatura utilizada para comunicação entre comarcas nacionais.

**E) [X INCORRETA]** Homologação de sentença estrangeira (STJ) é para o reconhecimento e execução de decisões judiciais provenientes do exterior; não se aplica à simples colheita de provas.

**QUESTÃO 79 ► Gabarito: B**

**A) [X INCORRETA]** A suspensão condicional do processo (Lei 9.099/1995, art. 89) é instrumento diverso, aplicável quando o MP oferece a proposta e o réu a aceita; não é o efeito da composição civil homologada.

**B) [✓ CORRETA]** Lei 9.099/1995, art. 74, parágrafo único: 'Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a

renúncia ao direito de queixa ou representação.' Lesão corporal leve é ação penal pública condicionada; a composição civil homologada extingue a punibilidade.

**C) [X INCORRETA]** A transação penal (art. 76 Lei 9.099/1995) é medida aplicável quando não houve composição civil (ou a ação é incondicionada); após a composição civil homologada, extingue-se a punibilidade e não há espaço para transação penal.

**D) [X INCORRETA]** A composição civil no JECRIM não preserva o direito de representação; ao contrário, o art. 74, parágrafo único, dispõe que acarreta a renúncia ao direito de representação.

**E) [X INCORRETA]** O perdão judicial é instituto diverso (extinção da punibilidade por ato do juiz em crimes específicos). A composição civil não opera perdão judicial, mas renúncia ao direito de representação/queixa.

### QUESTÃO 80 ► Gabarito: B

**A) [X INCORRETA]** O recurso em liberdade é regra geral. O art. 492, I, §14, do CPP (Pacote Anticrime) criou exceção para condenações pelo Júri  $\geq 15$  anos, determinando a execução imediata. A presunção de inocência não impede essa execução nessa hipótese específica.

**B) [✓ CORRETA]** CPP art. 492, I, §14 (Lei 13.964/2019): nas condenações pelo Tribunal do Júri iguais ou superiores a 15 anos de reclusão, o juiz presidente determinará a execução provisória das penas, com expedição do mandado de prisão. O STF reconheceu a constitucionalidade do dispositivo em relação ao Tribunal do Júri (ARE 1.225.185 e ADC 44).

**C) [X INCORRETA]** A regra geral do trânsito em julgado (ADC 43 — presunção de inocência) cede para a hipótese específica do art. 492, §14, nas condenações do Júri com pena  $\geq 15$  anos, conforme entendimento atual do STF.

**D) [X INCORRETA]** O critério do art. 492, §14 é a pena imposta ( $\geq 15$  anos de reclusão), não a situação domiciliar ou documental do condenado.

**E) [X INCORRETA]** A execução imediata é determinada pelo próprio juiz presidente do Júri; não aguarda confirmação em grau de apelação pelo TJ.

### Referências Normativas

CF/1988 · CC/2002 · CPC/2015 · CP/1940 · CPP/1941 · LINDB · Lei 14.133/2021 · Lei 8.429/1992 · LC 639/2015 · RITJ-SC · CNGJ · Res. TJ 22/2021 · Res. TJ 3/2021 · Lei 13.709/2018 (LGPD) · Lei 9.099/1995 · Lei 7.960/1989 · Lei 8.072/1990 · Lei 13.964/2019 · Lei 13.146/2015 · LC 135/2010 · CADH (Pacto de San José da Costa Rica)